ATA DA 188ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO, 09/10/2014

PRESIDENTE
JOSÉ DE FILIPPI JR

COORDENADORA DA COMISSÃO EXECUTIVA
MARIA ADENILDA MASTELARO

SECRETARIO GERAL DO CMS-SP
JULIO CESAR CARUZZO

Inicio: 14h30
Término: 19h45

LISTA DE PRESENÇA

I – Conselheiros Presentes

Representantes da Sociedade Civil:

MARIA ADENILDA MASTELARO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE
NILTON SOUSA DOS REIS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE
JOSÉ DA GUIA PEREIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
PAULO DE TARSO W. FRANGETTO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO
MARCIONÍLIA NUNES DE OLIVIERA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO
MARIA DE LOURDES M. SANTOS SILVA (TITULAR) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL
MARIA JOSÉ DE SOUSA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE
LOURDES MARIA DE QUEIROZ (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE
MAURÍCIO SILVA LIMA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

ARNALDO MARCOLINO DA SILVA FILHO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE
MANOEL COSTA FILHO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
ALEX APARECIDO LEITE DE ALBUQUERQUE (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
IDECLÉIA GENEROSO DA SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
LUZIA BERGAMO (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MARTA ANTONIA SOARES (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
PAULO MARTINS MOREIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
AUGUSTA DE MELO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
VITA AGUIAR DE OLIVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
REGINA CELIA PEDROSA VIEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
NADIR FRANCISCO DO AMARAL (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
GERSONITA PEREIRA DE SOUZA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
ROSILANIA CORREIA LIMA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS

Representantes dos Trabalhadores em Saúde:

ÉDER GATTI FERNANDES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
DEODATO RODRIGUES ALVES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
MARÍLIA DAPENA FERNANDEZ (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
ANA ROSA GARCIA DA COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
WALNEY ARAÚJO DA SILVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
MARIA LÚCIA VIEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
MARIA APARECIDA FRANCELINA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
IRAMIR BASTOS GOMES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS

Representantes das Instituições Governamentais:

PATRÍCIA RODRIGUES MOLINA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
RENATO NOGUEIRA DOS SANTOS (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS

Representantes do Poder Público:

RICARDO FERNANDES DE MENEZES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
CÁSSIO ROGÉRIO DIAS LEMOS FIGUEIREDO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
CÁSSIA LIBERATO MUNIZ RIBEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
DENIZE CALVO COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MAGALY EZEQUIEL (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

II – Justificativas de ausência:

JOSÉ DE FILIPPI JR. (TITULAR) – PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
ANA MARIA FERREIRA QUAIATO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
SHEILA VENTURA PEREIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
EULÁLIA ALVES CORDEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
JOSÉ AUGUSTO QUEIROZ (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS SINDICATOS PATRONAIS
JASON GOMES RODRIGUES SANTOS (TITULAR) REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
ERIK OSWALDO VON EYE (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
GIANE SANT'ANA ALVES OLIVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
JOSÉ OLÍMPIO MOURA ALBUQUERQUE (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

III – Ausentes:

JOSÉ LEONILSON DE QUEIROZ ALMEIDA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL
JARQUELENE OLIVEIRA DO NASCIMENTO (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MARCOS ROBERTO DE ANDRADE (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
PAULO HENRIQUE FRACCARO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS SINDICATOS PATRONAIS
FRANCISCO PEREIRA LIMA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS
PÉRICLES CRISTIANO BATISTA FLORES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
DURVAL RODRIGUES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
ADRIANA MARIA LOPES VIEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
CASSIA XAVIER (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
PEDRO FELIX VIDAL JUNIOR (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
MARIA JOSÉ R. RIBEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS
FRANCISCO ERNANE RAMALHO GOMES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

IV – Visitantes:

Conforme Lista

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS-SP

JULIO CESAR CARUZZO - SECRETÁRIO GERAL DO CMS/SP

DIGITAÇÃO: AMANDA SAMPAIO MACHADO DA SILVA E EMMANUEL DUDA CÂNCIO DOS SANTOS

REVISÃO GERAL: JULIO CESAR CARUZZO - SECRETÁRIO GERAL DO CMS/SP

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Faz a verificação de quórum através das assinaturas na lista de presença e inicia a reunião. Passa a palavra ao Secretário Geral do Conselho para que faça a leitura da pauta.

O Secretário Geral do Conselho: Lê a pauta.

- **A- Aprovação da Ata da 187ª Reunião Plenária Ordinária;**
- **B- Informes da Mesa;**
- **C- Informes dos Conselheiros;**
- **D- Informes das Comissões**
- **E- Ordem do Dia:**
  - **1 - Apresentação da Ouvidoria da SMS;**
  - **2 – Estrutura e Funcionamento da Coordenadoria Regional de Saúde Centro;**
  - **3 – Devolutiva do 5º Congresso Brasileiro Sobre o Uso Racional de Medicamentos.**

F – Deliberações

1. **Indicação de 02 (dois) representantes titulares e 02 (dois) suplentes para compor o Conselho Gestor do HSPM (Hospital do Servidor Público Municipal);**
2. **Indicação de 02 (dois) representantes dos usuários e 2 (dois) representantes dos trabalhadores para compor a Comissão de Acompanhamento Local – Pró-PET Saúde da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo;**
3. **Aprovar documento contendo recomendações ao Relatório Final da Auditoria do Denasus sobre o SAMU;**
4. **Aprovar a realização do Seminário da CIST, que terá como tema: Avaliação e Implementação da Política de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no Município de São Paulo.**

A Conselheira Titular representante do Poder Público: Solicita inversão de pauta, pois o Secretário Adjunto, Dr. Paulo Puccini tem compromisso às 16h e necessita que o item Estrutura e Funcionamento da Coordenadoria Regional de Saúde Centro seja antecipado.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Consulta o Pleno sobre a solicitação.

Aprovado.

E – Ordem do Dia

1 - Estrutura e Funcionamento da Coordenadoria Regional de Saúde Centro

O Secretário Adjunto da SMS, Dr. Paulo de Tarso Puccini: Fará discussão sintetizada sobre a descentralização da Coordenadoria Centro. Dois aspectos fundamentais: como se materializa no município de São Paulo um processo de descentralização, capaz de aproximar a Gestão do cidadão e capaz de ampliar canais de transparência para a participação social e o segundo, que é a particularidade da região central e o porquê desmembrar o Centro, da Coordenadoria Centro-Oeste. São Paulo possui 96 Distritos Administrativos, o que torna inviável fazer a administração nesse nível, e que a base real de descentralização são as 32 Subprefeituras que agrupam esses distritos. O atual modelo de gestão da saúde tem 26 supervisões e 5 coordenadorias. Fala que as coordenadorias não representam nada de agrupamento, nem na área da saúde, nem na geográfica, nem em relação a outras secretarias, e dá como exemplo as Coordenadorias Sudeste e Leste. Coordenadorias não correspondem à base geográfica da Educação, nem da Assistência Social, nem das Subprefeituras. Está sendo discutido com a Secretaria de Governo maneiras de aproximar essas estruturas. Dentro dessas discussões ficou evidente que haveria a necessidade de uma ação especial e complexa no Centro de São Paulo. Há uma diversidade muito grande de pessoas, moradores de rua, imigrantes, o que demanda um projeto diferenciado. Cita a contradição da região moderna, histórica, com muitos empregos, prédios e ao mesmo tempo com a falta que recursos básicos, daí a necessidade de aproximar uma unidade de gestão da saúde já com a subprefeitura do Centro, com o mesmo formato. A Supervisão Técnica de Saúde do Centro, que pertencia a Coordenadoria Centro-Oeste, passou a responder diretamente ao Gabinete da SMS. A necessidade dessa transformação partiu não só da Gestão, como também dos Movimentos da região. A partir disso, foi feito convite à Sônia Trassi para que pudesse compor e reestruturar a equipe enquanto Coordenadoria. Esses são os primeiros passos. Complementa informando que houve uma reunião com todas as equipes técnicas da SMS e seis nomes dessas áreas estarão acompanhando o processo de estruturação. Está sendo feita uma consulta jurídica para saber se há a necessidade de uma Lei, ou se um decreto é suficiente para regulamentar esta ação, por enquanto o nome é Supervisão

Centro. Quanto ao local para funcionamento da Coordenadoria, a princípio deverá ser no prédio da COVISA. Agradece o trabalho da Sônia e de sua assessora Inês. O Centro é a história de São Paulo e deve ser tratado com carinho.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Agradece o empenho do Dr. Paulo em solucionar a falta de alguns medicamentos na Rede. Elogia o trabalho da Sônia. Quer a criação do CEU no centro de São Paulo, no Parque Dom Pedro, em um terreno que o Governador de São Paulo deseja fazer o Museu da Polícia Militar. Fala da grande presença de chineses e do trabalho que eles têm feito e ajudado na revitalização do centro. "Os imigrantes não estão vindo para dividir, mas sim para construir esta cidade".

A Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Passa a palavra para conselheira da STS da Sé, Maria Aparecida.

A Conselheira da STS Sé, Maria Aparecida: Informa que é do Conselho Gestor da Supervisão Sé. Agradece a transformação da STS e Coordenadoria e cita que isso é uma luta dos antigos conselheiros, mas quer saber como ficará a questão do Conselho Gestor da Supervisão Sé, uma vez que as Coordenadorias não têm conselho.

O Secretário Adjunto da SMS, Dr. Paulo de Tarso Puccini: Fala que recebeu uma demanda da Zona Norte questionando o porquê de não haver conselho nas coordenadorias. Acha que a questão deva ser resolvida no CMS e que acatarão o que o Conselho definir.

A Conselheira Titular representante do Poder Público: Passa a palavra para a Assessora de Gestão Participativa da SMS, Maria Cícera de Salles.

A Assessora de Gestão Participativa da SMS, Maria Cícera de Salles: Essa questão é diferenciada, atípica. Já foram chamados para discutir esse assunto. É uma tarefa para a Comissão Interconselhos do Conselho Municipal de Saúde pensar e propor como ficará essa situação. Foi recomendado que o Conselho continue a fazer seu papel, até porque a formalização só deve ocorrer no final do ano. Não acredita que haverá qualquer problema jurídico por conta da situação. Essa discussão terá que ser feita pelo CMS, não vê nenhuma ilegalidade no conselho eleito atualmente.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Desde a gestão Serra não permitiram a formação de conselhos nas coordenadorias, porque de acordo com a lei, as coordenadorias são as subprefeituras. Acredita na descentralização e vê a necessidade de conversar com o governo, para discutir a grande necessidade de descentralização que existe na cidade de São Paulo, inclusive em outras áreas. Acha que cada supervisão deva ter dois usuários, um trabalhador e um gestor para que atuarem como braço do CMS.

O Secretário Adjunto da SMS, Dr. Paulo de Tarso Puccini: Acha que a solução é que o Conselho Municipal de Saúde faça uma resolução nos seguintes moldes: "O Conselho Municipal de Saúde de São Paulo Resolve que dada a transição que está vivendo o Centro de São Paulo, de Supervisão para Coordenadoria, até uma discussão mais aprofundada sobre os mecanismos de participação, continue valendo o Conselho Gestor de Supervisão para acompanhar os trabalhos de transição". E que o CMS irá aprofundar esta situação depois. Isso demonstra a intenção em se trabalhar de forma conjunta com o CMS.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Concorda com a proposta. Cita que a demanda já vem da gestão passada. Se a dotação orçamentária está na Coordenadoria, acha que para fazer o trabalho efetivo de controle social, é necessário que o recurso esteja nas coordenadorias e não nas supervisões. Passa a palavra para conselheiro da STS Sé, Adilson.

O Conselheiro da STS Sé, Adilson: Informa que é conselheiro da Supervisão Técnica de Saúde da Sé. Cita a lei 8080, que fala sobre a descentralização. Essa descentralização é uma construção coletiva.

Todos os equipamentos de saúde que estão vinculados ao SUS, respondem à política pública do SUS. Todos têm relação com as leis que norteiam esta construção.

A Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Diz que é necessário um estudo bem aprofundado para avaliar a situação das regiões e que é necessária uma supervisão técnica exclusiva do Jaguaré. Não acha certo a região ficar vinculada à Lapa.

A Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias: Pergunta se com a criação da Coordenadoria da Sé, haverá também uma supervisão técnica de saúde.

O Secretário Adjunto da SMS, Dr. Paulo de Tarso Puccini: Responde que não. Fala que a descentralização é um processo gradativo, para gerar capacidade de gestão na ponta e que descentralizar é transferir do centro para a periferia de um sistema, poder e recursos para a ponta, mas com capacidade de gestão. Estão testando no centro uma mesma unidade gestora como uma subprefeitura. Não sabe se isso poderá ser feito em todas as regiões. Intenção é ter o mesmo número de supervisões e subprefeituras. Está sendo feito um estudo pelo CEInfo sobre qual a melhor regionalização neste momento. Será preciso agrupar em Redes Assistenciais um pouco mais de trinta e duas regiões, para formar uma lógica assistencial com área geográfica e populacional mais ampla. Está em andamento também um estudo sobre a quantidade de Coordenadorias Regionais ideais. Não acha ideal descentralizar direto para a subprefeitura neste momento, pois não há capacidade de gestão, não há equipe formada. "É só um desejo que não se materializa de fato".

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: "Quando é colocado que este modelo está em fase de estudos, é porque o centro tem muitos problemas ou é porque é um espaço onde houve dificuldades com o conselho?" Parabeniza pela descentralização gradativa. Considerando que haverá essa mudança, pergunta em quanto tempo haverá a definição de um modelo para outras regiões.

O Secretário Adjunto da SMS, Dr. Paulo de Tarso Puccini: Uma coisa é fazer experiência, outra é utilizar algo real para aprender. A opção do centro é uma opção técnica, dado o grau de complexidade da região. Isso é particular, específico e precisa de outro tratamento. Tratamento foi montar uma coordenadoria no centro. Será a primeira experiência de aproximar uma coordenadoria na mesma dimensão de uma subprefeitura. O objetivo não é fazer uma experimentação. É uma coisa decidida. Segundo: não está sendo feito por conta de conflitos, uma vez que a proposta é que o conselho gestor permaneça "in tótum", com legitimidade de acompanhar o processo. A razão não é em virtude de nenhum conflito e sim pelas dificuldades, complexidade e especificidades da região. A boa avaliação será construída conjuntamente. Mais alguns meses será discutido com o conselho uma proposta de regionalização mais ampla no município de São Paulo. Se ao final da gestão conseguir que cada subprefeitura tenha uma supervisão e um conselho gestor acompanhando, com o teste da coordenadoria centro na mesma dimensão da subprefeitura, com um rearranjo das coordenadorias começado a discutir, já estará bom, deixa pra próxima gestão concluir esse trabalho. Não é uma coisa simples de se fazer, nem precipitadamente.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Acompanhou a eleição do conselho do centro, e todos os representantes são legítimos. Estão para colaborar onde for necessário.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Passa a palavra para a coordenadora da região centro, Sônia Maria.

A Coordenadora da Região Centro, Sônia Maria Trassi: Faz um breve resumo de sua história. Ressalta as dificuldades do processo de descentralização. Desconhecia a região centro e hoje vê que é uma região muito carente de atenção, cuidados, zelo, por conta dos moradores dos agravos, de sua realidade. Agradece a confiança do gabinete, e espera corresponder a altura.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Acha que a Comissão interconselhos deve preparar uma resolução e trazer para o próximo Pleno.

A Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias: A descentralização envolve recursos. Pergunta se a assistência no centro irá melhorar por conta de recursos adicionais.

O Secretário Adjunto da SMS, Dr. Paulo de Tarso Puccini: Fala que o recurso virá independente da descentralização. É possível captar mais recursos, com a melhoria na gestão. Quanto mais identificamos os problemas, maior é nossa capacidade de solicitar os recursos necessários.

A - Aprovação da Ata da 187ª Reunião Plenária Ordinária

O Secretário Geral do Conselho: Informa que foram feitas pequenas correções, conforme solicitação da assessora da SMS, Kátia Bassichetto, mas que não houve nenhuma mudança no conteúdo.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Coloca em regime de votação a aprovação da Ata.

Ata aprovada por aclamação

B - Informes da Mesa

O Secretário Geral do Conselho: Lê os informes

A - O Conselho Municipal de Saúde de São Paulo informa que recebeu os seguintes documentos:

1- Ofício do Gabinete do Reitor da USP, datado de 25/09/2014, sobre a desvinculação do Hospital Universitário da USP;

2- E-mail do Conselho Estadual de Saúde informando que nos dias 24 e 25/10 haverá o Seminário Preparatório para a Delegação Paulista que participará da 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. O evento acontecerá no Hotel Braston São Paulo, Rua Martins Fontes, 330 – Consolação.

B- O Conselho Municipal de Saúde de São Paulo informa que, encontram-se nas pastas dos Conselheiros os seguintes documentos:

1- Convocatória e pauta da 187ª Reunião Plenária Ordinária do CMSSP;

2- Cópia do Ofício do Gabinete do Reitor da USP, datado de 25/09/2014, sobre a desvinculação do Hospital Universitário da USP;

3- Cópia do relatório contendo as Recomendações ao Relatório Final da Auditoria do Denasus sobre o SAMU;

4- Jornal do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte – Edição nº 48.

C - Informes dos Conselheiros

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Informa que já foi avisado, que para a inscrição, os conselheiros deverão chegar até a formalização do quórum.

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Informa que sábado dia 11, na Câmara Municipal, haverá a Plenária Municipal de Saúde. Um dos pontos de pauta é a participação dos conselheiros no conselho. Começarão a discutir também o Dia Mundial da Saúde do ano que vem. Horário: 09h30 às 13h30.

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Cita os problemas técnicos em relação ao acesso à internet nos computadores e sobre o sinal Wi-Fi da Prodam que só dá acesso à notebooks e não a sistemas Android.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Faz um apelo para participação na Plenária Municipal. Tem um plenária marcada para o dia 20, às 14 h, na Igreja de Zinco na Zona Norte, para discussão o conselho da Coordenadoria.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Cita o panfleto sobre o resultado do Plebiscito. Não houve apoio de mídia, e mesmo assim foi o mais exitoso. O site teve 5 milhões de acessos. Houve o envolvimento de diversos movimentos. Vai levar os 8 milhões de votos para a presidência em Brasília.

A Coordenadora da ATTI da SMS, Heloísa Helena Andreetta Corral: Informa que houve um problema sério no acesso à internet, pois houve a redução na comunicação. O contratado é de 120mb, mas havia um uso de 400, 450mb. Houve a necessidade de restrição para 200mb. Conversou com o presidente da Prodam, para que seja aumentado para 300mb. Isso é para toda a Secretaria da Saúde, Unidades, Covisa, etc. A Prodam está realizando um contrato para aumento da banda de comunicação, mas ainda está em andamento. Solicitará a um técnico que verifique a questão do WI-FI.

A Conselheira Titular representante da Pessoa com Deficiência: Ressalta a questão sobre a companheira Eulália, que continua sem estrutura para vir ao conselho. É enviada solicitação a subprefeitura, porém eles disponibilizam quando eles têm condições. É necessária utilização de carros adaptados para poder comparecer ao conselho. Está realizando um esforço enorme para poder comparecer, mas não pode garantir por quanto tempo pode fazer isso.

O Secretário Geral do Conselho: O carro já está no planejamento do conselho, já foi solicitado, já está em processo de licitação, junto com os demais carros para a secretaria. Agradece à subprefeitura e a supervisão da região, pois eles têm colaborado dentro das possibilidades. O problema de carros estará sendo resolvido com esta licitação. Contrato está pronto e deve ser assinado em breve.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Informa que a Eulália normalmente vem com ela, inclusive hoje viria, mas o carro chegou com muito atraso. Informa que ligou para a Eulália, dizendo que não seria possível pegá-la. Ela tem vindo. A supervisão de campo limpo tem colaborado muito para trazer os conselheiros ao Pleno. Isso não resolve o problema. É necessário um intérprete, acompanhante.

O Secretário Geral do Conselho: Fala que a questão do guia-intérprete também já está em vias de contratação.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Solicita uma questão de encaminhamento. É um problema que não está tendo solução. O gabinete não tem uma verba que possa pagar táxis adaptados para esta necessidade. Não são tantos dias.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Considerando o compromisso da gestão, houve dia 13, uma reunião do conselho participativo municipal com a supervisão de saúde de Vila Prudente e a subprefeitura de Vila Prudente. Houve apresentação dos equipamentos e a situação da região. Isso fortalece o controle social. Foi uma reunião bem produtiva, com diversos encaminhamentos.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Sobre a Agenda do Plano Municipal de Saúde, fala que todos os conselheiros a receberam, porém a participação tem sido pequena. Solicita aos conselheiros que não tenham a agenda, que solicitem à secretaria geral do CMS. Cobraram tanto o PMS, e agora o CMSSP tem a obrigação de contribuir com os técnicos. Acha que nos informes de comissões, não cabe o assunto, portanto acha que encerrando os informes dos conselheiros, deveriam passar para a ordem do dia.

O Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Este mês ocorre a discussão da saúde da população negra. A companheira Sheila ficou muito mal com a anemia falciforme. E também do conselheiro Maurício, que é muito importante aqui no CMS e na Zona Norte também.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Informes não podem ter debates e encaminhamentos. Sobre o seminário que ocorrerá dia 25, existem algumas dúvidas. A delegação de São Paulo terá hospedagem também? É necessária a presença de suplentes, porque senão não estarão habilitados para o seminário. Na prestação de contas, não houve tempo para se apropriar. Na câmara municipal realizei um questionamento ao qual não fui respondido. Em relação ao encerramento dos AMA's e a criação de outros equipamentos, a resposta que obtive do secretário foi que devemos olhar para o Pronto Socorro estadual que está sendo fechado. Informei que estava na prestação de contas do município, não do estado. É ruim quando nos equivocamos nos questionamentos. E que assim que o secretário puder, responda.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Sobre o carro que me trouxe hoje, o motorista adoeceu, e foi outro que realizou o transporte, por isso o atraso. Quando é cobrada a presença nas comissões, é muito complicado estarmos em todas as reuniões que nos convidam. Paraisópolis está em uma situação muito complicada por conta do Pinheiral. Existe uma discussão antiga por conta desta rua. A gerente do Paraisópolis II informa que não vai atender. Acha que isto é um problema muito grande. Conversei com os conselheiros, trabalhadores, usuários, senão podem ocorrer problemas graves na região. As unidades que eram pra fechar às 19h estão fechando às 17h. O trabalhador que sai tarde não tem condições de passar nas unidades. M Boi Mirim, foi realizada a visita da comissão, mas a situação continua a mesma.

D - <u>Informes das Comissões</u>

Orçamento e Finanças: A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais fala que não aceitará provocações. Se alguém quiser provocar por conta das eleições, que provoque em seu canto, pois não é possível trabalhar desta forma. Notificamos o gabinete sobre a prestação de contas do ano passado, da Conferência Municipal e Temáticas e a de Saúde do Trabalhador. Recebemos, a cópia eletrônica e em papel está co ma secretaria executiva do CMS. Porém, a de saúde do trabalhador não veio completa, pois não está com os valores discriminados. Estamos oficiando o gabinete solicitando esta informação discriminada.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Informa que o Dr. Paulo Puccini irá complementar o detalhamento.

Políticas de Saúde: O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários informa que a comissão analisou as metas em relação à Pessoa com Deficiência. São cinco metas que foram discutidas de forma muito produtiva. Alguns questionamentos já estão sendo inseridos. Havia a

previsão de realizar o Congresso de Comissões com a Atenção Básica no dia 15, porém foi alterada. Um dos pontos que serão discutidos no Congresso é a UBS Integral.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Pede as áreas técnicas, que os informes deste tipo sejam feitos por escrito à comissão executiva, senão dificulta a divulgação.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Esclarece que esta solicitação chegou apenas no dia anterior.

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Sugere deixar para a Comissão de Políticas de Saude a redefinição da data do Congresso. Estão muito sobrecarregados com o Plano Municipal.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Fala que a realização do Congresso foi adiada algumas vezes e acha que a comissão se entenderá com a Atenção Básica e definirá a melhor data.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Fala que no dia 30, durante a discussão com a Atenção Básica sobre o Plano Municipal de Saúde, deverá ser tirada a nova data.

Saúde da Mulher: A Conselheira Titular representante da Pessoa com Deficiência informa que no dia 08/09 houve uma visita ao Hospital Tiradentes, em resposta as denúncias que foram feitas ao CMS. Foi produzido um relatório que será apresentado na próxima reunião da comissão. Existem diversos projetos voltados à saúde da mulher em outros âmbitos que demandam atenção também. Acha que os Plenos estão muito complicados, pois existem brigas pessoais, que resultam na perda de tempo.

Comunicação: O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste informa que, conforme deliberado pelo Pleno, o programa na Rede São Paulo Saudável está sendo formatado junto com a CESCOM. Lembra que deverá haver o compromisso das comissões para a realização dos programas. Cada comissão deverá levantar o material a ser utilizado no programa. As gravações serão sempre às quartas-feiras e serão apresentadas no Canal Profissional e Canal Cidadão.

CIST: O Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Norte informa que amanhã, às 10h, haverá a reunião da Comissão e que no dia 31, a Professora Maria do Carmo estará no Conselho Estadual de Saúde palestrando sobre o racismo institucionalizado.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Solicita que o conselheiro Arnaldo levante junto ao Conselho Estadual de Saúde, se é obrigatória a presença dos conselheiros no seminário para a delegação paulista que participará da 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

O Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Compromete-se a verificar com a mesa diretora.

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Tem dúvida se essa participação é regimental.

A Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: De acordo com o regimento do Conselho Estadual está bem claro que se não participar não poderá ir para a conferência. Quer saber se isso confere. Informa também que é de responsabilidade do município o transporte e hospedagem.

Saúde Mental: O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro agradece à Assessora Técnica da SMS, Kátia pelo apoio na reunião da comissão. Diversas áreas participaram da

reunião. Informa ainda que no próximo dia 24 haverá uma reunião extraordinária da comissão para preparar a reunião do dia 07, onde serão apresentadas as metas para o período 2014/2017. Tem mais informações em seu blog. Fala que a questão da psicofobia tem que ser melhor discutida.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Lê o regulamento da 4ª Conferência Estadual de Saúde do trabalhador e da Trabalhadora, onde cita a obrigatoriedade de participação em reunião preparatória para a delegação paulista que participará da 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Acha que não é necessário realizar a reunião extraordinária da Comissão de Saúde Mental no dia 24, e sim uma pequena reunião para ajustar alguns detalhes.

Comissão Inter-Intraconselhos: A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais informa que na reunião da comissão foram apresentadas as metas da Rede de Urgência e Emergência. A comissão foi convidada para participar de reunião no PA 21 de junho e houve um problema, pois houve uma coincidência de datas, onde deveriam participar também de reunião no Hospital do M' Boi Mirim.

A Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias: Em relação à conselheira Sheila, informa que a mesma já teve alta e está em casa. Sobre a Urgência e Emergência, muitas coisas foram elencadas, como SAMU, autorizações para eventos. Fala que todas as apresentações têm sido muito boas. A parte que mais chamou a atenção foi a do sistema IDM (Índice Diário de Médicos). O gestor terá em tempo real, se há falta de médicos nas unidades de saúde. O usuário deve recorrer à ouvidoria, que o gabinete saberá no mesmo momento.

O Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Fala que as informações sobre as decisões tomadas no CMS não chegam a base.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Os primeiros programas serão gravados e depois serão ao vivo. Também ocorrerão gravações externas nos conselhos locais.

A Conselheira Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Informa que houve uma reunião com o secretário, onde foi discutido as categorias temáticas da saúde da população negra, com alguns objetivos específicos, estratégias e o período para conclusão. Houve esclarecimentos do secretário com debate pelos membros da comissão.

E - Ordem do Dia

2 - Apresentação da Ouvidoria da SMS

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Passa para a apresentação da ouvidoria. Acha importante esse trabalho e diz que a ouvidoria deve trabalhar junto com o controle social.

A Coordenadora da Ouvidoria da Saúde, Márcia Regina de Mattos Chaves: Faz breve resumo de sua trajetória na PMSP. É odontologista e atua há bastante tempo também no controle social. Explica que solicitou há algum tempo essa apresentação à Comissão Executiva, porém achou melhor apropriar-se totalmente do assunto. Inicia a apresentação.

OUVIDORIA COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO, CONTROLE SOCIAL E RESGATE DA CIDADANIA

Ouvidora:
Márcia Regina de Mattos Chaves

Outubro 2014

Secretaria Municipal da Saúde - SMS

Marco Histórico e Legal

Constituição Federal de 1988

- Com a promulgação da Constituição Cidadã, o fundamento da Ouvidoria não poderia deixar de ser estabelecido. Assim, o artigo 37, parágrafo 3º da CF/88 determina que a lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração publica, direta e indireta, **regulando especialmente:**

I - *as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;*

III - *a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.*

Secretaria Municipal da Saúde - SMS

Marco Histórico e Legal

Constituição Federal de 1988

- Seção II – Da Saúde

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

Secretaria Municipal da Saúde - SMS

SUS PREFEITURA DE SÃO PAULO SAÚDE

Marco Histórico e Legal

8ª Conferência Nacional de Saúde

Foi a primeira vez que a população participou das discussões da conferência.

Suas propostas foram contempladas tanto no texto da Constituição Federal/1988 como nas Leis Orgânicas da Saúde, nº. 8.080/90 e nº. 8.142/90.

Participaram dessa conferência mais de 4.000 delegados, impulsionados pelo movimento da Reforma Sanitária, e propuseram a criação de uma ação institucional correspondente ao conceito ampliado de saúde, que envolve promoção, proteção e recuperação.

Secretaria Municipal da Saúde - SMS

SUS PREFEITURA DE SÃO PAULO SAÚDE

Marco Histórico e Legal

- **11ª Conferência Nacional de Saúde (2000) –** Reivindicação desta conferência foi a criação da SGEP e do Departamento de Ouvidoria Geral do SUS;

- A primeira experiência próxima a um serviço de Ouvidoria no SUS foi instituída em 11/04/2002, através do Decreto 4194, que criou o Centro Nacional de Promoção da Qualidade e Proteção aos Usuários do SUS.

Dentro do conjunto de atividades voltadas ao aprimoramento da gestão do SUS visando maior eficácia, eficiência e efetividade, surgem as **Ouvidorias de Saúde** com vistas a contemplar a melhoria da atenção à saúde da população, conforme determinação governamental.

Secretaria Municipal da Saúde - SMS

SUS PREFEITURA DE SÃO PAULO SAÚDE

Marco Histórico e Legal

- **2003 -** O Departamento de Ouvidoria Geral do Sistema Único de Saúde (DOGES) foi criado por meio do Decreto nº 4.726, em 09 de junho de 2003, e compõe a estrutura do Ministério da Saúde (MS) como parte integrante da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP).

- Mais recentemente, em 2011 com o Decreto nº 7.508, é regulamentada a Lei Orgânica do SUS, estabelecendo o dever da gestão do SUS para apurar de forma permanente as necessidades e a satisfação do cidadão.

Secretaria Municipal da Saúde - SMS

SUS PREFEITURA DE SÃO PAULO SAÚDE

Sistema Nacional de Ouvidorias (SNO)

Município de São Paulo
Marco Histórico e Legal

- PAS - SAC – Serviço de Atendimento ao Cidadão;
- **Portaria 901/02:** "Projeto Acolhimento (...) objetivo tecer uma rede de confiança e solidariedade entre os serviços públicos de saúde e a população". (...) Comissão de Acolhimento da Unidade e um profissional da equipe, para fazer a ouvidoria dos cidadãos que desejem apresentar opiniões, queixas ou propostas".
- **Julho de 2005**: Criação da Ouvidoria da Secretaria Municipal da Saúde localizada no mesmo endereço atualmente ocupado.

Secretaria Municipal da Saúde - SMS

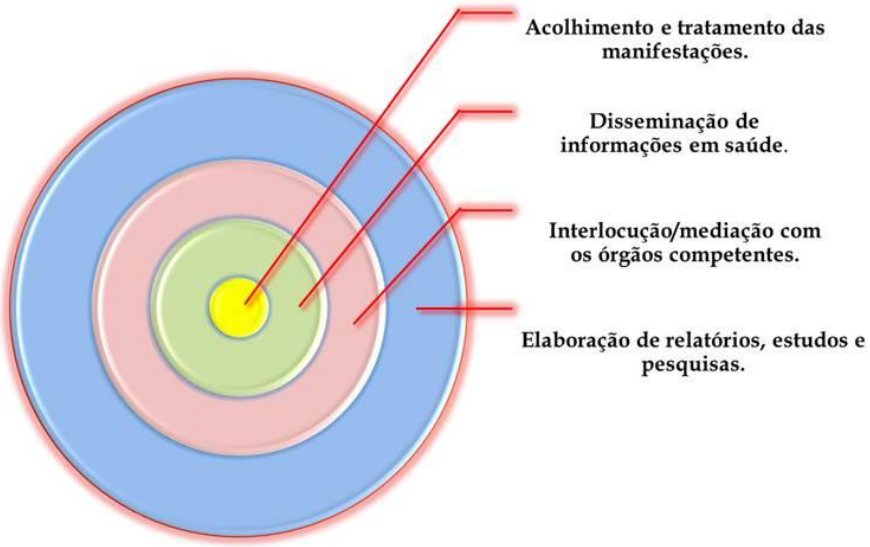
Município de São Paulo
Marco Histórico e Legal

Anterior a isso havia algumas experiências isoladas, como no Hospital Maternidade Escola "Dr. Mario de Moraes Altenfelder Silva“ (Cachoeirinha) e Hospital do Servidor Público Municipal.

Secretaria Municipal da Saúde - SMS

SUS PREFEITURA DE SÃO PAULO SAÚDE

COMPETÊNCIAS DA OUVIDORIA



Secretaria Municipal da Saúde - SMS

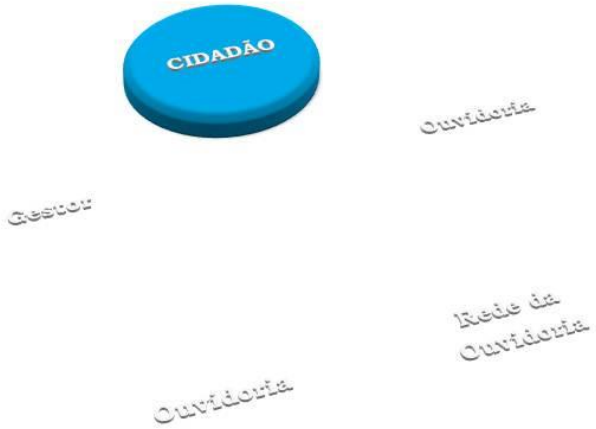
SUS PREFEITURA DE SÃO PAULO SAÚDE

Eixos Principais – Ouvidoria SMS

- Realizar a escuta acolhedora, através do atendimento digno, respeitoso e atencioso ao cliente que se comunica com a Ouvidoria;
- Garantir aos usuários o cumprimento dos direitos legalmente constituídos, o acesso à informação e a qualidade no atendimento;
- Servir de Instrumento de gestão, fornecendo ao gestor da instituição dados qualitativos e quantitativos em relação ao serviço prestado, propiciando elementos para análise e adoção de providências que levem ao aprimoramento dos serviços.

Secretaria Municipal da Saúde - SMS

Fluxo de Trabalho - Ouvidoria



Secretaria Municipal da Saúde - SMS

Fluxo de Trabalho - Ouvidoria

Secretaria Municipal da Saúde - SMS

SUS PREFEITURA DE SÃO PAULO SAÚDE

Fluxo de Trabalho - Ouvidoria

Secretaria Municipal da Saúde - SMS

SUS PREFEITURA DE SÃO PAULO SAÚDE

Fluxo de Trabalho - Ouvidoria

Secretaria Municipal da Saúde - SMS

SUS PREFEITURA DE SÃO PAULO SAÚDE

Fluxo de Trabalho - Ouvidoria

Secretaria Municipal da Saúde - SMS

SUS PREFEITURA DE SÃO PAULO SAÚDE

Rotinas de Trabalho

Secretaria Municipal da Saúde - SMS

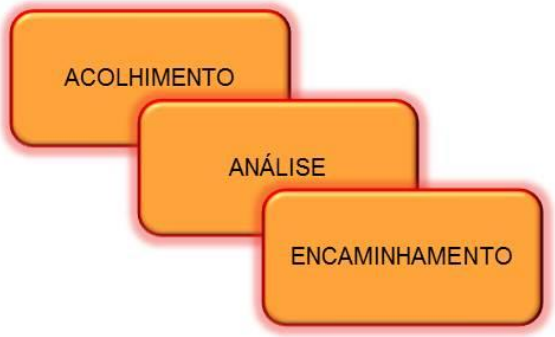
SUS PREFEITURA DE SÃO PAULO SAÚDE

Rotinas de Trabalho

Secretaria Municipal da Saúde - SMS

SUS PREFEITURA DE SÃO PAULO SAÚDE

Rotinas de Trabalho



Secretaria Municipal da Saúde - SMS

SUS PREFEITURA DE SÃO PAULO SAÚDE

Rotinas de Trabalho

Secretaria Municipal da Saúde - SMS

SUS PREFEITURA DE SÃO PAULO SAÚDE

Rotinas de Trabalho

Secretaria Municipal da Saúde - SMS

SUS PREFEITURA DE SÃO PAULO SAÚDE

Rotinas de Trabalho

Secretaria Municipal da Saúde - SMS

SUS PREFEITURA DE SÃO PAULO SAÚDE

Ouvidoria Central – Em andamento

- Retorno da Ouvidoria ao Gabinete de SMS;
- Reformulação das equipes (em curso) com capacitação das equipes locais;
- Articulação da Rede da Secretaria Municipal da Saúde;
- Integração com o DOGES e Ouvidoria Estadual.

Secretaria Municipal da Saúde - SMS

SUS PREFEITURA DE SÃO PAULO SAÚDE

Ouvidoria Central – Momento Atual

- Ouvidoria passa por reformulações estruturais para que possa ser, de fato, um canal de exercício da cidadania, que propicie a possibilidade de análise e reflexão sobre os dados apresentados, dando subsídio para que a instituição adote as necessárias providências.
- Padronização de nossos procedimentos com elaboração de Manual de Boas Práticas e Procedimentos Operacionais Padrão (P.O.P.) com participação das Coordenações da Atenção Básica, Coordenação das Áreas Temáticas e Redes de Atenção, Coordenação de Vigilância em Saúde (COVISA), Coordenadorias Regionais de Saúde.

Secretaria Municipal da Saúde - SMS

SUS PREFEITURA DE SÃO PAULO SAÚDE

Ouvidoria Central – Próximos Passos

Plano Municipal de Saúde – PMS 2014/2017:

- Estreitar relações com o Conselho Municipal de Saúde, por meio da participação, no mínimo bimestral, em suas plenárias/eventos, além de envio das informações via boletins com mesma periodicidade;
- Implantar o atendimento aos munícipes via Central 156;
- Garantir que as manifestações da população realizadas por meio de canais de comunicação e cheguem até a Ouvidoria Central;
- Estabelecer e cumprir matriz de referência de troca de informações;
- Criar agenda de reuniões.

Secretaria Municipal da Saúde - SMS

SUS PREFEITURA DE SÃO PAULO SAÚDE

Rede de Ouvidorias

- **Início da articulação das Ouvidorias de SMS:** Criação de Grupo de Trabalho em 07/06/2013, composto por:

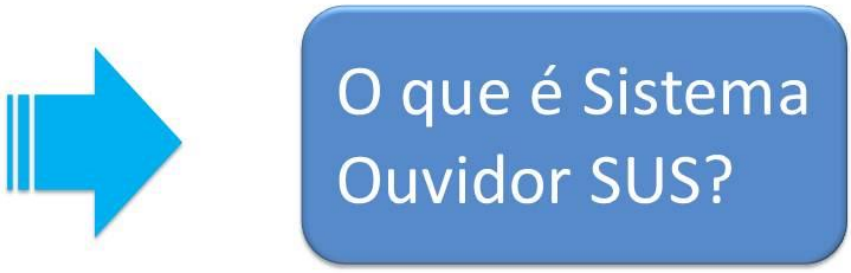
  Gabinete da Secretaria
  Coordenação da Atenção Básica
  Coordenação do Sistema Municipal da Regulação
  Ouvidoria da AHM
  Ouvidoria do HSPM
  Ouvidoria das Coordenadorias Regionais de Saúde
  Ouvidoria da COVISA

Secretaria Municipal da Saúde - SMS

SUS PREFEITURA DE SÃO PAULO SAÚDE

Rede de Ouvidorias

- Grupo de Trabalho deliberou adesão ao Programa Ouvidor SUS do Ministério da Saúde como Nível I, a qual ocorreu no segundo semestre de 2013.



Secretaria Municipal da Saúde - SMS

Sistema Ouvidor SUS - Funcionalidades

Secretaria Municipal da Saúde - SMS

Classificação dos Registros

- **Denúncia:** Comunicação verbal ou escrita que indica irregularidade ou indício de irregularidade na administração ou no atendimento por entidade pública ou privada de saúde.
- **Informação:** Comunicação, instrução ou ensinamento relacionado à saúde. Nota: é uma categoria de classificação da demanda.
- **Elogio:** Comunicação verbal ou escrita que demonstra satisfação ou agradecimento por serviço prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS).
- **Reclamação:** Comunicação verbal ou escrita que relata insatisfação em relação às ações e aos serviços de saúde, sem conteúdo de requerimento.
- **Solicitação:** Comunicação verbal ou escrita que, embora também possa indicar insatisfação, necessariamente contém um requerimento de atendimento ou acesso às ações e aos serviços de saúde.
- **Sugestão:** Comunicação verbal ou escrita que propõe ação considerada útil à melhoria do sistema de saúde.

Secretaria Municipal da Saúde - SMS

SUS PREFEITURA DE SÃO PAULO SAÚDE

Sistema Ouvidor SUS

Nível I:

Registra, analisa, encaminha, dissemina informações, cria redes e gera relatórios.

- Gabinete da Secretaria;
- Autarquia Hospitalar Municipal – SP;
- Coordenadorias Regionais de Saúde;
- COVISA ;
- Hospital do Servidor Público Municipal e
- Supervisões Técnicas de Saúde.

Nível II: Unidades Básicas e demais serviços.

Analisa o pedido e responde para Nível I

Secretaria Municipal da Saúde - SMS

SUS PREFEITURA DE SÃO PAULO SAÚDE

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Registra o descontentamento pela ausência do Coordenador da CESCOM, Pedro. Acha que a ouvidoria não é um mero caminho de comunicação, mas sim um qualificador de atendimento. E por conta disso, acha que deveria estar ligada ao gabinete. Deseja que esta posição se for consenso do Pleno, chegue até os responsáveis. A ouvidoria serve para demonstrar qual a cobertura que o estado está dando. É necessário dar condições de trabalho e valorização do serviço. Isso diminui a importância do setor. É necessária uma interface com o CMS e diretamente com o Gabinete.

O Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular Saúde Leste: Fala que participou de dois seminários sobre o SUS em 2012. A ouvidoria da SMS estaria linkada a Ouvidoria do Estado e a ouvidoria do SUS. Hoje tem caixas de reclamação demais, mas não há integração entre elas. Em relação a médicos colocarem "URGENTE" em pedidos no SADT, a regulação não aceita.

A Conselheira titular representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Gostou da apresentação, mas acha que na ponta isso não acontece. Cita o caso do Sr. Amaury Manoel, que está na regional de Santo Amaro, onde a família já fez diversas ouvidorias, e mesmo assim não houve atendimento. Além da quantidade, é necessário analisar a qualidade também. Em relação à Anemia Falciforme, na zona Sul não há um especialista para atender a esta necessidade.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Não acha adequada a ouvidoria estar como um canal de comunicação. Acha que esta posição é diminuí-la. Ela deveria estar ligada diretamente ao gabinete. Ela deve ter metas e dotação para cumpri-las. Acha que a ouvidoria deve ser valorizada, com interface com o cidadão e com a administração. Necessita de autonomia e independência.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Parabeniza pela apresentação. Sobre a padronização, quanto tempo vai levar para que a ouvidoria tenha um corpo mais

Conselho Municipal de Saúde - Secretaria Municipal de Saúde, Rua General Jardim, 36 - Edifício Independência –
4.º Andar – CEP: 01223-010 - Telefones: 3397-2165/3397-2171/3397-2180 - Fax: 3397-2166 - Email: cmssp@prefeitura.sp.gov.br

qualificado para atendimento? O outro ponto é em relação às apresentações de relatórios bimestral, não poderia ser aberto com antecedência ao CMS? Como será essa padronização?

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: A apresentação é sobre o que é a ouvidoria hoje, ou o que vai ser?

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Parabeniza pelo trabalho. Uma das propostas é concentrar as ouvidorias no 156. Acha que também deve continuar o canal de ouvidoria da saúde próprio, pois os atendentes são mais qualificados para os problemas enfrentados.

A Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias: Existe a caixa de reclamações dos conselhos gestores, haverá um canal para passar direto ao conselho? Sobre o sistema ficar direto com o gabinete, o IDM não terá um canal junto à ouvidoria, o que facilitará essa informação.

A Conselheira Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Havia entendido que o 156 iria substituir as Coordenadorias Regionais.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Normalmente as ouvidorias das instituições ficam ligadas a presidência da empresa. Hoje temos o SAU e o usuário fica sem saber aonde deve ligar. Existe em contrato uma exigência que as OS's tenham este serviço. Como a ouvidoria lida com esta informação?

O Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Cumprimenta pela apresentação. O que nós conselheiros queremos com a ouvidoria? Propõe que a Comissão de Políticas de Saúde realize um debate sobre o assunto, e apresente ao CMS. Não acha que a ouvidoria deve estar ligado à gestão. Não deve receber pressão de ninguém. Acha que a forma atual é a correta. Somos nós conselheiros que vemos o que está acontecendo. Temos que fortalecer a ouvidoria, o que queremos com ela. Temos que trabalhar a promoção de saúde. Acha que para a conferência pode-se até introduzir o tema Ouvidoria.

O Conselheiro Suplente representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Parabeniza pela apresentação. A ouvidoria é um instrumento para ouvir a queixa e tentar resolver. Na verdade ela deve ir mais além, como um sistema de vigilância, uma ferramenta sistemática de coleta de informação. Está em processo de reestruturação. Mesmo as queixas recorrentes em um mesmo lugar devem ser analisadas. A gestão deve observar e agir neste ponto. Como será a análise de informação e disparo de ação. Por ser um sistema de vigilância, deve estar no gabinete como ferramenta para a gestão.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Fica feliz com a vinda da ouvidoria. Atualmente vê a ouvidoria como um canal para passar na frente da fila. Isso não é correto. Respeita o Pedro como comunicação, mas ele não tem o poder da caneta. É necessária uma ouvidoria com resolutividade. O sistema único só funcionará quando houver acolhimento de forma correta.

O Coordenador da CESCOM, Pedro Henrique Silva: Diz que a ouvidoria central da saúde é ligada diretamente ao gabinete. Houve alguma mudança? Não é este fato que a torna instrumento de mudança. Ela não veio para a CESCOM para se tornar apenas um canal, mas sim para detectar os problemas que acontecem e que passam por diversas áreas, e a comunicação tem esse papel de vigilância, de observação, e poder levar isso à gestão, onde tem o poder de caneta. A ouvidoria deve apontar problemas e correções para que o sistema possa ser corrigido. A ouvidoria veio para fortalecer seu trabalho junto com a comunicação. Nós captamos demandas de jornal, reclamações, ligações. A ouvidoria era ligada ao gabinete, enfiada em uma sala na COVISA, e não tinha um relatório inexpressivo. É com posturas e intenções que se faz a gestão pública, e não de caneta ou estar ligado a setores. O próprio secretário sempre defendeu o papel da ouvidoria. Há metas e previsão de recursos humanos para a ouvidoria sim. Ela tem metas próprias, distintas das do gabinete. Na OS's, os novos contratos, um dos itens sobre ouvidoria, é que o canal de comunicação será o sistema OuvidorSUS, justamente para

evitar a maquiagem das reclamações. A ouvidoria é instância de recurso, ela detecta o problema no sistema e tenta melhorar. Não podemos deixar que o próprio Gestor da unidade avaliasse certas situações, por exemplo: Reclamações de funcionário em relação a gerente, onde o gerente recebia a reclamação para avaliar se a postura dele estava correta. O que foi apresentado é o que já está em andamento. Houve matéria recente sobre o Hospital Cachoeirinha, onde ele foi citado como o pior de São Paulo, e sabemos que ele tem problemas, mas não é o pior hospital. Isso se devia a quatro ouvidorias registradas. Lá é hospital escola, e eles vão atrás dos pacientes internados para verificar o que acontece. Existem diversas demandas, e temos que saber classificá-las. Não acredita que a ouvidoria deve ser um sistema de fura-fila, pois ali ela descumpre a função de correção de sistema dela. Existem exceções, lógico. Nós somos pessoas, e sabemos fazer avaliações dos casos. O 156 não será o único canal de comunicação, existem vários. Pode fazer diretamente nas unidades, pela internet. Os formulários e ligações terão um número de protocolo que poderá ser acompanhado para saber como anda a solicitação. A ouvidoria não está perfeita, isso é claro, mas temos que valorizar o papel dela em melhorar o sistema. É um processo lento, mas é necessário iniciá-lo.

A Coordenadora da Ouvidoria da Saúde, Márcia Regina de Mattos Chaves: A ouvidoria central está em andamento. Neste momento não damos conta de resolver os problemas e precisamos melhorar isso. Quer unificar todas as "caixas de reclamação" das unidades. A ouvidoria que é contra um funcionário, às vezes é com a conivência do diretor da unidade. Haverá integração com a ouvidoria estadual. Antes a ouvidoria era rejeitada, o objetivo é assumir esta demanda e encaminhar para que seja de direito. O SAU estar no sistema OuvidorSUS, não foi possível fazer ainda. Este é um trabalho difícil, houve ganhos e perdas de funcionários. A ouvidoria é ferramenta de gestão. Nós temos problemas com a regulação local. Existe uma resolutividade muito grande em trabalhar com a Comunicação. Existe um respeito e um respaldo que poucas vezes viu um canal de comunicação ter. Sobre as metas, existirão metas de qualidade e transparentes, como treinamentos, controle de documentos, procedimentos operacionais padrão. A escuta qualificada é uma das nossas preocupações. A frequência de relatórios, esta bimestral, mas podemos conversar sobre isso. Não adianta solicitar acesso a banco de dados, pois existem informações de pacientes, doenças, etc. que são sigilosas.

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Alguns conselhos tem solicitado o relatório mensal. Talvez uma ideia seja pensar em um modelo que cada conselho possa receber mensalmente. Márcia: Quando uma unidade aparece com muitas reclamações, o que isso significa? Que o controle social é atuante ou é que a unidade é uma das piores de São Paulo? Temos que ter o cuidado de poder discutir relatórios que mostrem essa diferença.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Solicita uma questão de encaminhamento. Acha que deve ser criado um GT, para discutir como a ouvidoria deve ser. Ainda discorda de algumas coisas.

Pausa para o lanche.

<u>3 - Devolutiva do 5º Congresso Brasileiro Sobre o Uso Racional de Medicamentos</u>

A Conselheira Titular representante do Poder Público: Fala que o congresso reuniu cerca de 1280 participantes de diversos países. Não foi um congresso deliberativo, mas sim, científico. Ao final do Congresso foi produzida a carta de São Paulo, mas que ainda não está disponibilizada, pois está em fase de formatação. Será enviada provavelmente a partir da semana que vem. A oficina de controle social para conselheiros contou com cerca de 20 participantes, número abaixo do esperado. O Congresso reuniu também palestrantes de alto gabarito e foi muito rico. Foram tiradas duas propostas que serão incluídas na carta. Havia stand da saúde, do Ministério da Saúde e da ANVISA e também atividades culturais. Assim que houver acesso à carta, a mesma será disponibilizada a todos os conselheiros.

F - Deliberações

1 - Indicação de 02 (dois) representantes titulares e 02 (dois) suplentes para compor o Conselho Gestor do HSPM (Hospital do Servidor Público Municipal)

Como titulares foram indicados os conselheiros Maria Lúcia Vieira e Nadir Francisco do Amaral e como suplentes os conselheiros Iramir Bastos Gomes e Marília Dapena Fernandez.

2-Indicação de 02 (dois) representantes dos usuários e 2 (dois) representantes dos trabalhadores para compor a Comissão de Acompanhamento Local – Pró-PET Saúde da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

Os segmentos encaminharão os nomes posteriormente.

4-Aprovar a realização do Seminário da CIST, que terá como tema: Avaliação e Implementação da Política de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no Município de São Paulo.

Aprovado. Será realizado nos dias 10 e 11/11, das 08h30 às 18h, no Centro de Formação 18 de Agosto do SindSep – Rua Barão de Itapetininga, 163 – 2º andar.

3-Aprovar documento contendo recomendações ao Relatório Final da Auditoria do Denasus sobre o SAMU

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Lê o parecer emitido pela mesma, ao processo de auditoria realizado pelo DENASUS sobre o SAMU. VISTAS A AUDITORIA NOSAMU PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE._*Trata-se de processo de Auditoria realizado no período de 09/09 a 03/10/2013 abrangendo o SAMU 192 – Serviços de Atendimento Móvel as Urgências da Prefeitura do Município de São Paulo, a finalidade era de verificação se os problemas apontados no relatório de Auditoria anterior, de nº 10167/2010 haviam sido sanados e analisar as condições de prestação de serviços._Ao final as conclusões da equipe de auditoria foram as seguintes:*
- Não apresentou as atas do Conselho Municipal de Saúde referentes a apreciação dos contratos e convênios relacionados ao SAMU;
- Não foram apresentados documentos referentes aos valores pactuados relacionados à contrapartida Estadual e Municipal, embora SMS alegue não ter recebido nenhum valor do governo estadual para esta finalidade;
- O número de médicos e auxiliares de enfermagem motociclistas não foi adequado para atender a demanda, conforme a legislação vigente;
As recomendações cumpridas foram as seguintes:
- Adequado o convênio entre SMS e a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina foi adequado através de termo aditivo retirando o nome da Universidade Federal de São Paulo, ficando apenas uma prestadora;
- As bases avançadas visitadas apresentaram áreas físicas adequadas;
- Constatou-se adequação no número de unidades de Suporte Básico e Avançado;
- Houve adequação no fornecimento da identificação dos Gestores;
- Houve adequação do número de estações de trabalho para os médicos reguladores.
Em virtude do relatório da auditoria, a Comissão Executiva do CMS solicitou a Secretaria que os próximos contratos, parcerias e convênios fossem encaminhados ao Conselho Municipal de Saúde.
O Secretário Adjunto solicitou parecer a Assessoria Jurídica da Secretaria que relatou o seguinte: a AJ cita o artigo alegado pela auditoria Denasus, o artigo 11 do Decreto federal 1651/95 transcrito a seguir "Os órgão do SUS e entidades privadas, que dele participarem de forma complementar, ficam obrigados a prestar, quando exigidos, ao pessoal em exercício da SNA e à Comissão Corregedora, toda informação necessária ao desempenho de atividades de controle, avaliação e auditoria, facilitando-lhes o acesso a

documentos, pessoas e instalações". O documento prossegue alegando que o referido artigo e a legislação que disciplina os trabalhos e atribuições do CMS não preveem a submissão do estabelecimento de contratos e convênios a aprovação do conselho, finaliza alegando que esta submissão atrasaria e paralizaria a ação governamental, cabendo ao CMS pedir os documentos a posteriori para exercer sua função fiscalizadora.
Não foi este o entendimento da Auditoria do Denasus que enfatizou o pedido de atas do CMS de análise dos convênios e contratos do SAMU-192. Por analogia, depreende-se que o SNA e a auditoria em pauta considera o CMS órgão de controle e integrante do sistema de avaliação e controle do SUS, neste sentido cabe, por cautela e transparência, a análise e parecer do conselho aos contratos e convênios estabelecidos no âmbito do SUS, uma vez que cabe aos membros do conselho a análise e avaliação das ações decorrentes destes contratos e convênios. Cabe por direito e por determinação legal, ao conselho analisar se as ações e serviços de saúde estão em conformidade com os princípios do SUS e se estão atendendo as necessidades da população, como fazer isto sem o conhecimento prévio dos instrumentos de implementação do sistema de saúde a priori. Não acatar esta visão do CMS como membro atuante e determinante da política de saúde do município é relegá-lo a um papel de mero coadjuvante e isto com certeza não é defendido pelas leis 8080 e 8142 que instituiu os conselhos no âmbito do sistema e conferiu a estes, papel relevante na formulação e avaliação da política de saúde. A LC 141/2012 estabelece em seu artigo 31 inciso III que cabe ao CMS a avaliação sobre a gestão do SUS no âmbito do referido ente e prossegue em seu parágrafo único ao condicionar a transparência ao incentivo à participação popular, representada no SUS pelos conselhos de saúde entre outros mecanismos. Como participar se o conselho só toma ciência dos instrumentos após os mesmos terem sido assinados e entrado em vigor, com penas para suspensão ou modificação a posterior? Neste sentido a recomendação da auditoria Denasus demonstra preocupação com o estabelecimento de contratos e outros envolvendo a atuação na saúde complementar, sem o aval dos reais beneficiários da política de saúde deste município.
Por fim, o relatório da auditoria refere-se a um novo modelo institucional de Gestão e Controle Social do governo federal, visando a consolidação do SUS no município promovendo a efetiva descentralização, com transferência de recursos e poder para unidades regionais garantindo a participação dos trabalhadores e fortalecimento do Controle Social e especialmente retomar a direção pública da gestão. Neste sentido o relatório enfatiza a necessidade de submeter previamente ao conselho os termos de contrato para prestar informações sobre o que está sendo previsto e facilitar o acesso a documentos a pessoal relacionado ao SNA.
Propomos ao Pleno do Conselho Municipal de Saúde acatar as recomendações do relatório final da Auditoria do Denasus e recomendar a Secretaria de Saúde que encaminhe a minuta dos contratos e convênios relativos as ações de saúde previamente ao CMS para análise e eventuais ajustes para consecução das metas previstas no Plano de Saúde.

A conselheira informa ainda que a Comissão Executiva questionou a Assessoria Jurídica da SMS o porquê do CMS não ter ciência dos termos desse contrato. A resposta da Assessoria foi a de que não há a necessidade de prévia aprovação pelo Conselho. A conselheira considera a posição do Sistema Nacional de Auditoria, de que os contratos passem pelo Conselho.

A Conselheira Suplente representante do Poder Público: Acha que antes o CMS deve permitir a vinda do Dr. Mateus que participou pela gestão neste processo de auditoria, para que ele possa fornecer subsídio para a discussão.

O Assessor do COMURGE, Dr. Mateus: É médico e trabalha na assessoria técnica do Dr. Takano. Fala da importância do trabalho do CMS em conjunto com a gestão, mas que em algumas questões, condicioná-las a aprovação do CMS podem emperrar a celeridade do processo e levar à desassistência.

A Assessora Técnica da SMS, Kátia Cristina Bassichetto: A recomendação do DENASUS é específica do SAMU. Em relação aos contratos em geral, isso já foi pauta de Pleno, o Dr. Paulo Puccini descreveu os argumentos do porque isso não era colocado com antecedência. Lembra que isso consta na ATA do Pleno de 11 de setembro, e que o principal argumento é a possibilidade de conflito de interesse entre o papel do CMS e da Gestão. Se esta questão deve ser mais debatida, acha que o Dr.

Paulo Puccini deve estar presente. O Dr. Mateus está exclusivamente por conta do SAMU. Será registrado na memória deste Pleno, e este assunto deve ser debatido novamente.

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Nós temos que tomar cuidado para não barrar algo que já convive com muitos problemas. Imaginem se o sistema fica parado por conta de análise ou reanálise. Em relação ao documento, a fala do secretário adjunto é que de acordo com a Assessoria Jurídica, os órgãos do SUS ficam obrigados a prestar quando exigidos, toda informação necessária com relação à prestação de atividades de controle em relação à auditoria, facilitando-lhes o acesso à informação. O documento não prevê a submissão dos contratos ao Conselho, pois poderia atrasar a ação regulamental, cabendo ao conselho solicitar os documentos posteriormente para avaliação e realização da ação fiscalizadora. O esclarecimento do Dr. Paulo Puccini no último Pleno foi muito claro. Acha que o encaminhamento correto, é que isso seja discutido em outro momento, nas comissões ou onde de direito, mas concorda que não dá pra submeter estes contratos ao conselho.

A Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Nós podemos fazer uma resolução?

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Nossos mecanismos são resolução, recomendação e moção.

A Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: No documento está bem claro que o conselho e corresponsável. Acha que se for enviado com tempo hábil não atrasará os contratos.

A Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias: Lembra-se da fala do Dr. Paulo Puccini. Sempre teve interesse de ver estes contratos antes da assinatura, e quando ouviu a fala isto chamou a atenção. Será que por ser fiscalizador termos que ver o contrato depois para ver se está sendo executado? Pegar algo pronto e não concordar depois é complicado. Teríamos que participar de forma ágil, para não emperrar o processo e acabar prejudicando o atendimento.

O Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Acha que devemos realizar esta auditoria. Nós temos que ter clareza sem sair do nosso papel. Qual a política que temos de auditoria? Não queremos atrapalhar e nem nos omitirmos. Deodato: Acha que o tema bem apropriado. Discutimos Urgência e Emergência, e contratos de gestão recentemente. O conselho de saúde avalia todos os contratos de gestão antes da assinatura, e os mesmos estão engessados. Se tivermos que analisar os contratos, faremos, mas precisamos de antecedência. Vimos que o SAMU tem falhas da administração anterior. Não podemos encobrir as coisas. Não queremos engessar, mas queremos acesso antes.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: As vistas deste documento foram feitas por qual comissão? Quem preparou este documento? Estes documentos com esse peso devem chegar antes ao conselheiro. Nós somos órgãos fiscalizadores, debatemos contratos de gestão que passaram aqui. Se quisermos participar deste processo, quando a secretaria for acionada pelo TCM, pelo MP, estaremos participantes do processo. Esta questão aconteceu em 2010. Não acha que o serviço melhorou não. O conselho é órgão fiscalizador, mas acha que na assinatura é um equívoco.

O Secretário Geral do Conselho: Informa que o documento foi enviado junto com a convocatória da reunião.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: A auditoria esteve disponível há uns seis meses. Nós temos um modelo, conforme dito pelo conselheiro Deodato, ontem ouvimos do Sr. Ernane, que era um modelo padrão que seria discutido com as unidades contrato por contrato. Pois as características das regiões são diferentes. As exigências dos contratos seriam diferentes, ou não, para cada região. Não houve reclamação do profissional que está gestando os contratos sobre esse assunto. Acha estranho que os conselheiros estejam achando ruim. Não adianta receber o contrato depois de já

Conselho Municipal de Saúde - Secretaria Municipal de Saúde, Rua General Jardim, 36 - Edifício Independência –
4.º Andar – CEP: 01223-010 - Telefones: 3397-2165/3397-2171/3397-2180 - Fax: 3397-2166 - Email: cmssp@prefeitura.sp.gov.br

firmado. Acha que a definição do DENASUS está correta. Devemos interferir antes de acontecer, para não pagarmos um preço maior depois. Não é necessária uma discussão individual. Podemos discutir um modelo geral, que será adaptado para cada região. O problema de trazer o SAMU aqui é que a filosofia da área até um ano atrás era militar. Isso não muda do dia pra noite. Não vê problema, e acha que é possível sim. O conselho deve ser valorizado.

O Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste: A comissão discute os contratos de gestão. Existe um processo. Não queremos atrapalhar isso. Queremos que antes da celebração do contrato tenhamos voz. Se não puderem trazer para o Pleno, que pelo menos venha para a COFIN. Devemos acatar o relatório do DENASUS e analisar os contratos de acordo com o especificado.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Deseja contribuir com uma frase: Cabe por direito e por determinação legal, ao Conselho analisar se as ações e serviços de saúde estão em conformidade com os princípios do SUS, e se estão atendendo as necessidades da população. Que o conselho adquirindo mais esta atribuição, estará colaborando com o SUS e com a população.

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: A execução cabe ao executivo, e esta atribuição não é nossa. De acordo com a legislação básica do conselho, é o nosso papel olhar a minuta do contrato, o contrato, as cláusulas pétreas, etc. Se houver alguma diferença, temos que atualizar o regulamento. A ideia é que seja aprovado o documento, apesar da retórica densa, vai de encontro ao conselho.

A Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias: Que os representantes do conselho na comissão, que informassem sobre as análises dos documentos que são vistos. Acha que esta representação está muito distante.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Esclarece que o Deodato não faz parte da comissão de orçamento, o Nilton faz, e estão pedindo os contratos com antecedência, para que a própria comissão faça essa análise. Estes documentos estão chegando com urgência.

A Conselheira Suplente representante do Poder Público: Se preocupa em como estão colocadas nesta proposta. Está muito aberto, sem regulamentação. Não tem prazos para avaliação, devolutivas, etc., e teremos que responder para os órgãos fiscalizadores como o TCM, DENASUS, a Controladoria Geral Municipal. Precisamos analisar com responsabilidade. Precisamos regulamentar como faremos isso. Quais os prazos do conselho se manifestar. Desta forma que está fica um pouco irresponsável. São necessários prazos.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Propomos ao Pleno do CMS acatar as recomendações do relatório do DENASUS e recomendar que encaminhe a minuta dos contratos e convênios, previamente ao CMS para eventuais ajustes. Se os documentos forem de interesse da população, passarão a noite, mas irão atender. Ninguém aqui é inimigo. Nosso objetivo é transparência.

A Assessora Técnica da SMS, Kátia Cristina Bassichetto: Acho que já ouve esclarecimento. “Nós não estamos contra a recomendação de vocês, apenas considero que se não há consenso e eu não estou em condição de responder em nome do secretário, irei repassar para os mesmos e sugiro que se volte a discutir sobre isso em outro momento”. O Dr. Mateus e ela farão um relatório para o secretário. Não sabe se serão contemplados, mas com certeza serão ouvidos.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: O CMS é deliberativo. Não farão votação, pois não há mais quórum. Não desejamos desrespeitar a secretaria, mas nos assegurar.

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Existem divergências em relação ao documento. Existe uma proposta, foi aberto para esclarecimentos.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Não se pode vistas nas vistas. Se a gestão quisesse, deveria ter pedido vistas junto com as dela. Cada um ficaria 15 dias com a documentação, e teriam dois pareceres. Não dá abrir um precedente perigoso, de pedir vistas sobre outras vistas. O problema foi apresentado na comissão executiva, e a própria comissão solicitou que eu fizesse as vistas. Ninguém mais se manifestou. A discussão se dá no Pleno. Se for o caso, peçam o documento e discutam. Pede para que paute para a próxima vez, como primeiro item. O Pleno esvazia propositalmente. Na outra reunião não houve tempo hábil para envio. Se receberem em cima da hora, é culpa de não terem acatado ao documento que determinava quantos dias tinham que chegar com antecedência.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Esta vista é precedente sim. A vista citada foi na executiva, aqui é o Pleno do Conselho. A Magaly tem o direito de pedir vistas sim, não é necessário votação, apenas o pedido do conselheiro.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Solicita a leitura do item “pedido de vistas” do regimento do CMSSP.

O Secretário Geral do Conselho: O início da discussão poderá ser pedido vistas, devendo o assunto retornar impreterivelmente na reunião ordinária seguinte par apreciação e votação, mesmo que este direito seja exercido por mais de um conselheiro. O conselheiro o que pedir vistas será o relator, no caso de mais de um, deverão ter tantos relatores quantos forem necessários. Todos deverão trazer um parecer técnico por escrito previamente apresentado aos conselheiros.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste e Coordenadora da Comissão Executiva: Estava pautado o assunto. Foi encaminhado. Declara encerrada a reunião.